

Histórias de mulheres: a importância do resgate para o combate às violências de gênero

Women's stories: the importance of rescue in combating gender-based violence

Ana Cláudia Magnani Delle Piagge¹

Resumo

Este ensaio é o (re)início para uma caminhada que buscou (e ainda busca), perceber e resgatar o modo como uma educação libertadora, principalmente no âmbito da conscientização, senso crítico e autonomia do protagonismo feminino e feminista, pode firmar raízes profundas na história pessoal de quem as vive e oportunizar uma ampliação do olhar para as questões de gênero e sexuais que, ainda hoje, oprimem a pluralidade de corpos femininos existentes. É, também, um fragmento do trabalho final da Pós-graduação: “Saberes populares para a arte e a educação nas vivências da Carroça de Mamulengos”, que teve como pergunta norteadora: O que podemos fazer por nós mesmos? Buscando responder essa pergunta, esta escrita reflete sobre a importância do resgate das memórias nos saberes populares femininos e a influência dessas para a emancipação das mulheres no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Educação libertadora; Ancestralidade feminina; Saberes populares; Meninas; Educação de gênero.

Abstract

This essay is the (re)beginning of a journey that sought (and still seeks) to understand and reclaim how a liberating education, especially in the context of awareness, critical thinking, and the autonomy of female and feminist protagonism, can take deep root in the personal history of those who experience it and offer a broader perspective on gender and sexual issues that still oppress the plurality of existing female bodies. It is also a fragment of the final work of the Postgraduate course: “Popular knowledge for art and education in the experiences of Carroça de Mamulengos”, which had as its guiding question: What can we do for ourselves? Seeking to answer this question, this writing reflects on the importance of reclaiming memories in popular female knowledge and its influence on the emancipation of women in the contemporary world.

Keywords: Liberating education; Female ancestry; Popular knowledge; Girls; Gender education.

¹ Doutoranda em Educação na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCLAr/Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil. Mestrado em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCLAr/Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil. Pesquisadora na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCLAr/Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6108-6395>. E-mail: anaclmagnani@gmail.com

A qualidade da luz sob a qual analisamos nossa vida tem efeito direto na forma como vivemos, nos resultados obtidos e nas mudanças que desejamos provocar por meio de nossa vida (Lorde, 2019, p. 45).

Paramos² o nosso percurso e respiramos profundamente.

Ah! O ar...

Nos incomoda a percepção de que, de uns tempos para cá, temos caminhado tão no automático que nem percebemos o movimento do ar adentrando o nosso corpo.

Respiramos novamente. Profundamente!

O corpo se expande, convidando a cada molécula desse ar novo a invadir as células e renová-las.

Nos sentimos à vontade. Sentimos que estamos chegando aonde deveríamos estar nesse momento ou, talvez devamos dizer, chegando ao início, ao começo de um novo, e tão antigo, percurso.

Descalçamos lentamente as sandálias para pôr o pé no chão e nos aterrar ao lugar de origem de tantos saberes; sentimos que o nosso pé procura por brechas no chão de terra batida, socada por pés de dançadeiras e cantadeiras, para penetrar nele nossas novas e tão ancestrais raízes educandeiras.

Raízes educandeiras porque se iniciam ouvindo as Hhistórias³ que mamãe contava e que ouvira da avó, que lhe foi contada e cantada por sua mãe, que ouvira de uma tia e de outra e de outra e de uma outra, mulher ancestral. E nesse nosso processo de abertura para a escuta descobrimos que nós, também, podemos e devemos (re)contá-las; para que as Hhistórias das mulheres não se percam. Para que as Hhistórias dessas mulheres ganhem rosto.

Rostos não nomeados pela (ainda) quase inexistente Hhistória das Mulheres presentes nos

livros de História utilizados nas/pelas escolas; livros estes que não narram as Hhistórias das mulheres que carregam a cesta que tantas outras foram recheando com as suas muitas e diversas vivências. Hhistórias colhidas e transportadas nos corpos de tantas gerações; como quem carrega flores e galhos e ervas e pedras e pedaços que recolhe pelo caminho, retendo e espalhando cheiros, fragrâncias, cores, poeiras e rastros.

...

Mamãe teve o cuidado de nos educar, desde muito cedo, para a importância do resgate, do REcontar⁴, do REsignificar as Hhistórias; *porque somos mulheres*, dizia ela. E completava: “nós, as mulheres, carregamos em nossas pesadas cestas, muitas e múltiplas narrativas”. Relatos que foram sendo acumulados e pouco significados. Descrições povoadas por pessoas que vivenciam a vida que acontece.

Assim, nos dedicamos a uma busca por nossas Hhistórias femininas ancestrais e percebemos como é difícil encontrar e saber de que mulheres as narrações diziam; pois, poucas foram as mulheres que deixaram seus nomes marcados nos livros e nos registros. Nada as nomeia, tornando um trabalho árduo, e muitas vezes, infrutífero, associar uma narrativa, a um rosto. Ouvimos, nos círculos familiares, entre as mulheres da família, Hhistórias comuns de objetos ou ações do cotidiano de algumas ancestrais, no formato de uma receita transmitida, uma gargalhada engolida, uma cura ou uma reza transmitida, um caso engraçado, uma resistência, uma historietinha triste, um modo de fazer uma arte manual. Mas, os nomes se perdem com o tempo.

Ursula Le Guin (1989), em *A ficção como cesta: uma teoria*, nos diz de como,

² Neste trabalho, utilizo o recurso da escrita em sua forma de coletivo por compreender que, mesmo que algumas experiências se passem no espaço da minha corporeidade, sou o resultado das muitas outras mulheres que vieram antes de mim, das que hoje escrevem este texto comigo, das que o leem. Eu sou hoje, o resultado das lutas, dos afetos, da resistência de tantas mulheres. Cada vez que respiro, respiramos todas!

³ Hhistórias, neste trabalho, será sempre grafada com o “H” maiúsculo e “h” minúsculo por compreendermos com a cacica Katia Akrântikatêgê (2022, *n.p.*), de Marabá, no Pará, que “[...] a nossa Hhistória, a história com “H” maiúsculo e minúsculo, é a Hhistória da realidade do que vivemos”.

⁴ Neste ensaio buscamos, através da utilização do recurso caixa alta no sufixo RE, enfatizar a necessidade que sentimos, como mulheres, de estarmos sempre repetindo e reforçando as ações realizadas, buscando, assim, validá-las.

É difícil contar uma história realmente emocionante de como arranquei uma semente de aveia selvagem da casca, e depois mais uma, e mais outra e depois mais uma, e então cocei minhas picadas de mosquito, e ouvi minha filha dizer algo engraçado, e de como fomos ao riacho, bebemos um pouco de água e observamos as salamandras por um tempo, até eu encontrar outro campo de cereais... Não, não se compara, essa minha história não consegue competir com aquela que narra o modo como enfiei minha lança profundamente no titânico flanco peludo enquanto minha filha, empalada por uma enorme presa, se contorcia gritando, com o sangue jorrando por toda parte em torrentes carmesins, e como um outro filho foi esmagado como geleia quando um mamute caiu sobre ele, enquanto eu atirava minha infalível flecha diretamente em seu cérebro através de seu olho (Le Guin, 1989, p. 1-2).

As histórias dos homens podem ser facilmente encontradas e REconhecidas, uma vez que estão registradas de forma escrita, transformadas em histórias oficiais. Histórias “reais”. Esse modo de transmissão escrita produz em quem a acessa o efeito de verdade; de estar acessando um conteúdo transmitido sempre com o mesmo formato e, por conta da manutenção de sua forma, usufruir de uma maior veracidade.

Além disso, por meio da escrita, a história assume materialidade, conferindo a seu ator, reconhecimento. Existe maior dificuldade em questionar fatos inscritos, pois a escrita produz, igualmente, um efeito de veracidade⁵, sobre as histórias registradas.

Observem que, através do ato de registro e transmissão, se produz uma autorização discursiva para o que pode ou não pode ser considerado verdadeiro. A escrita detém, na sociedade ocidentalizada, o poder de real. Mantendo um grupo social superior a outro.

O estabelecimento de uma “verdade” a ser aprendida e apreendida através da educação formal foi um dos grandes mecanismos instituídos pela Modernidade, para o fortalecimento de um modelo-mundo colonial-patriarcal.

Dessa forma, as narrativas escritas aprisionam as mulheres do lado de fora da História “oficial”. Fazendo com que, as mulheres, como um grupo oprimido, habitem as margens da Hhístória, sem perceber que a margem é o espaço de tensões e resistências.

As Histórias escritas e transmitidas através do modelo educacional, possibilitam, aos homens, serem nomeados e reconhecidos, os mantendo no poder. Esse é um processo significativo para a manutenção da Hhístória social de um grupo específico de pessoas.

Essas Hhístórias possibilitam, a esse coletivo, se identificarem e dizerem de um pertencimento e um reconhecimento. A Hhístória recontada, muitas vezes, transforma-os em heróis; em pessoas significativas para um contexto histórico-social. Os perpetua no poder.

Perguntamos: — E as mulheres e suas histórias cotidianas que cabem em uma cesta; suas Hhístórias não têm importância na constituição e na manutenção de uma sociedade? Por que essas Hhístórias, produzidas por mulheres, continuam a ser sistematicamente desqualificadas? A quem interessa a invisibilização dessas Hhístórias cotidianas?

Consideramos que nessas indagações reside a pedra-chave⁶ para a sustentação de um modelo-mundo que subalterniza e violenta mulheres cotidianamente. Por esse motivo devemos nos debruçar, com cuidado, sobre elas e interpelá-las.

Notem! Nós, mulheres, somos a maioria da população⁷ e, ainda assim, continuamos encontrando dificuldade em mover as estruturas para ter

⁵ Análise desenvolvida a partir da noção de verdade pensada com Michel Foucault (2013) e Hannah Arendt (2011).

⁶ A referência a uma pedra-chave, neste texto, tem duas dimensões. Uma dimensão estética e uma dimensão funcional. A dimensão estética pode ser percebida no modo como, as histórias dos homens, servem ao propósito de exaltá-los, tornando-os heróis. A segunda dimensão é a função operacional. A pedra-chave, da historicidade masculina, é usada para dar sustento e equilíbrio ao modelo de mundo colonial.

⁷ No Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fica comprovada a afirmação de que as mulheres são a maioria da população brasileira, sendo 51,5% do total de habitantes.

os mesmos direitos que os homens. Será que o nó desse problema não se encontra na manutenção de uma História única por parte da escola e o modo como, culturalmente, somos educados a DESconsiderar as Hhistórias das mulheres, por serem “normais” e “sem valor” para a constituição e manutenção de uma sociedade?

Compreendemos, com isso, que a nossa busca por uma sociedade mais igualitária depende de uma outra relação com o que é considerado significativo para ser transmitido pela escola. Quais conteúdos históricos são realmente relevantes e, de que modo a manutenção de uma história única patriarcal mantém as estruturas hierárquicas, acirrando os conflitos e as violências de gênero?

O conteúdo histórico oferecido aos alunos tem potência para mudar uma sociedade, mas esses devem desvelar a multiplicidade de Hhistórias existentes, articulada a uma práxis, emancipatórias por parte dos professores que, oferecendo no mesmo espaço-tempo escuta e diálogo, pode ressignificar as Hhistórias vivenciadas por mulheres; tornando-as significativas para todo o contexto histórico-social.

Dessa maneira, refletimos sobre uma outra possibilidade de relação com a Hhistória que possibilite, às novas gerações de pessoas, se inspirarem, REconhecendo as trajetórias das nossas mulheres mais velhas como significativas e, através do acesso a uma pluralidade de narrativas, constituir novos laços sociais.

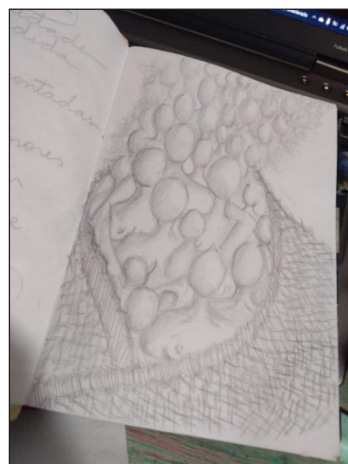
Afinal, para extrapolar ao momento presente e transformar toda a luta e resistência das mulheres em espaço de/para a vida, percebemos que a escola precisa desnudar-se de seus preconceitos e acolher, também, outras possibilidades de escrita da Hhistória. Rasg!⁸ Uma escrevedura que rasgue as desconfiças para fazer uma fenda capaz de deixar entrAR o AR que irá agitAR os fios das memórias ancestrais, conectando-nos, revelando, relatan-

do o pouco que foi permitido, às mulheres, narrar. (Re)lembrARndo a Hhistória não contada, amplificando as vozes anoitecidas das mulheres que vieram antes de nós, nossas ancestrais. Relacionando as imagens impressas nas fotografias às Hhistórias contadas; as memórias daquelas com quem tivemos convivência e estão marcadas em nossas memórias; do acesso a objetos-memórias que pertenceram a “alguma das mulheres ancestrais sem nome” e deixaram neles marcas de suas passagens, objetos que se tornaram a Hhistória destes vultos efêmeros, impressas em peças (documentos-memórias) que foram sendo transmitidas de geração em geração e se expandem através de nós.

Imagina como a escola pode se tornar mais plural com a inclusão de outras vozes?

E, tal como a personagem Irene⁹, nesses resgates de Hhistórias diversas, estaremos (des)fazendo um delicado xale diante dos alunos e os convidando a observarem os fios se ajuntando dentro de uma cesta como um “montão de lã encrespada, recusando-se a perder a forma de algumas horas antes”¹⁰.

Ilustração 1 – Xale de mulheres: muito mais que um vestuário¹¹.



Fonte: desenho da autora do trabalho.

⁸ RASG! – rasgo (onomatopeia).

⁹ Irene é personagem do conto *Casa Tomada* de Júlio Cortázar. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/governadorvaladares/noticias/dialogos-debate-conto-do-literato-argentino-julio-cortazar/texto-casa-tomada-de-julio-cortazar.pdf>

¹⁰ Trecho do conto acima referido.

¹¹ A utilização da peça de vestuário xale é proposital, no sentido em ser uma peça feminina que abraça, protege, acolhe, aquece e produz pertencimento. Além disso, o xale esconde nossos mal-arrumados sob ele. Nos deixa apresentáveis ao mundo. Destecer

Desfazer o xale ancestral que mulheres carregam, mesmo que sua forma não se encontre visível aos olhos.

Trazer a figura do xale para dentro do contexto das Hhístórias narradas de/por mulheres diz de uma simbologia que abraça o passado ao presente, carregado de histórias e sabedorias em cada ponto. Xale enquanto manto, está sendo uma arte têxtil continuada por diferentes mulheres, detendo grande valor cultural.¹²

O destecer a função do xale por essa sociedade contemporânea ocidentalizada pode ser entendido, também, como um sintoma para a forma como a omissão das nARrativas femininas pela/na escola produz, nos corpos femininos e em suas produções, a sensação de estarem sendo, constantemente, desalojados da sua casa ancestral, em um processo de (des)lembRAR¹³ os laços que nos unem a todas as mulheres, que nos geraram em seus ventres, em suas mentes, em suas almas, em suas escritas (mesmo quando essas escritas estavam inscritas no e pelo corpo) e as condições que nos foram propiciadas; como fomos e ainda somos

tratadas, educadas e (con)formadas a uma forma que não nos acolhe integralmente. Não nos permite movimentos. O modo como os corpos femininos, na escola, buscam alARgar as estreitas da mente, da alma e do corpo; abrindo brechas para respirAR (e, se quisermos, também, pirAR, sem sermos chamadas de loucas), fissuras para brotAR em espaços outros que não aqueles que nos determinam. (Des)lembRAR o que esperavam que fizéssemos dentro de cada contexto temporal, o que nos foi (im)pedido (sem ser pedido), os limites que nos foram impostos, mas, acima de tudo, como ousamos e tentamos e lutamos para superá-los. Nem sempre conseguindo.

Mas, para as meninas-mulheres sobreviverem é preciso que elas tomem a arte da palavra. Uma palavra que, para nós mulheres, se encontra articulada à própria vida vivida, com as nossas realidades e as nossas experiências cotidianas. Portanto, palavras que estão inscritas no aqui agora, que têm a ver com as lutas, as risadas, as brincadeiras, as contradições, as gARGalhadas, as danças¹⁴, os tropeços, os amores (próprios?) e (des)amores e as

o xale, portanto, é um sinal de estar disposta a deixar o lugar seguro, expondo-se. Esse desenho foi realizado durante um encontro virtual com as “gurias” do “No coração da agulha, coletivo de bordado livre e escuta”, de Porto Alegre, que com suas falas me sensibilizam tanto e contribuem para muitas das reflexões que apresento neste trabalho.

A ilustração, desenvolvida pela autora deste texto, deve ser entendida como elemento textual não carecendo, por esse motivo, de legenda.

¹² Embora o xale desempenhe um papel fundamental em diversas culturas enquanto símbolo de dignidade, de proteção, de manto espiritual, as referências ao seu papel se encontram difusas em diversos artigos acadêmicos que falam sobre cultura, artes têxteis, misticismo. Podemos citar os trabalhos de Liliane Benevenuto Lemos, “Fiando o canto: sabedoria e imaginação simbólica na tessitura da tecelã” e Patricia Arias, “Do xale ao lenço: a reinvenção do vestuário indígena”.

¹³ Marco a palavra AR dentro de outras palavras, em uma busca por fazer agitar essas palavras, refrescá-las, abalar sua constituição e seu sentido intrínseco. Talvez aqui, queira atender ao chamamento da Professora Luiza Christov, quando nos provocou a pensar que as palavras precisam ser escovadas, muito escovadas, fortemente escovadas, durante sua explanação no percurso trilhado pela pós-graduação. “Escovar a palavra” até livrá-la de todos os seus excessos, dos anos de poeira acumulada, dando a ela um novo brilho.

¹⁴ Durante uma conversa com as meninas-mulheres no contexto do coletivo de bordado livre e escuta “No coração da agulha” de Porto Alegre, uma das “gurias” (honrando um termo utilizado por elas) mencionou quanto o dançar foi um impeditivo por estar separada: “Não se podia dançar só”. Lembrei-me que mamãe também dizia muito isso. E, para as duas, como deve ser para muitas outras mulheres, essa era causa de muita dor. Precisar estar sempre acompanhada por um homem para poder ir para a pista de dança para não ficar mal falada, ou então, como outra opção, poderiam dançar discretamente ao lado da mesa. A necessidade dessa presença masculina, como se só a feminina não bastasse.

Essa guria ainda continuou seu relato dizendo que essa noção do impedimento lhe veio a partir da leitura de *Tudo sobre o amor* de Bell Hooks (2020), e foi refletida mais uma vez, enquanto assistia os *shows* transmitidos do *Rock in Rio*, em sua casa. Deu-lhe uma enorme vontade de dançar enquanto escutava uma balada mais lenta. Pensou em chamar o marido que havia adormecido, mas, uma **vozinha dentro de sua cabeça** lhe disse: Por que precisa dele? E ela levantou-se e se pôs a dançar sozinha pela sala. E essa dança gerou outra, que deu vida à outra, até ir dormir cansada. Cansada, mas extremamente satisfeita consigo mesma. Talvez nesse relato generoso esteja contida uma pista sobre o amor-próprio discutido por Bell Hooks (2020), no capítulo 4, de seu livro. Estar bem consigo mesma. **Bastar-se**.

Esse relato foi feito por uma guria (mulher), de mais de 60 anos de idade. https://www.instagram.com/no_coracao_da_agulha/

dores, mas, também, com os choros, os desesperos, as lutas, as derrotas e as vitórias, a dor, a raiva e os sofrimentos; os adoecimentos e as curas que nos envolvem a todas. E contribuí para pensar em possibilidades para nos (re)inventAR (mais uma vez e outra, se assim for necessário) sem negAR o passado, mas o saudando, acolhendo, agradecendo e re-escrevendo a História, tal como uma brincante que acolhe em seu ventre uma nova-ancestral geração de mulheres que se unem em roda para brincAR.

Essa busca pela inclusão das Hhistórias das mulheres, na/pela escola e pela sociedade como um todo, portanto, diz a respeito de trazer a existência da experiência das vidas de mulheres que abrem espaço na varanda, para brincar de ciranda com outras meninas que estão se (re)descobrimdo. Assumindo um lugar educandeiro que demanda os poderes espirituais e materiais existentes nas mulheres, desde sempre, quando estas se colocam na relação consigo mesmas, com o mundo e com as outras mulheres.

Este ensaio, portanto, busca “as brechas que fissuram e desestabilizam a malha da colonialidade do poder hoje” (Segato, 2021, p. 85), aflorando como uma resposta à crescente onda de violências diversas contra as mulheres, que podem ser físicas, verbais, psicológicas, sexuais, chegando ao seu ápice, o feminicídio. Optamos pela retomada da palavra porque compreendemos a importância de expressar através da diversidade de Hhistórias possíveis, nossos pensamentos e reflexões, discutindo, através do resgate de memórias e vivências femininas ancestrais, diferentes modos de constrangimento a que estão expostas as mulheres, desde a sua infância e como essas situações, se não forem cuidadas, podem levar à baixa autoestima, a pouco ou nenhum amor-próprio, à subserviência, a sentimento de inferioridade, à incapacidade, a dúvidas

em relação a si própria. Todos os sentimentos que, com o tempo, adoecem o organismo de forma direta ou indiretamente, quando a necessidade de cada vez mais medicamentos se torna emergente.

Desse modo, articulando os saberes apreendidos no diálogo constante proporcionado com a Pós-graduação “Saberes populares para a arte e a educação nas vivências da Carroça de Mamulengos”, sendo nossa questão de estudo: *O que podemos fazer por nós mesmos?*, buscamos resgatar os fios encaracolados¹⁵ das nossas memórias ancestrais, do feminino, e apontamentos histórico-culturais que possam tecer diálogos importantes nessa trama e que nos diga sobre a necessidade de uma ampliação do conteúdo de Hhistória ensinado pelas escolas de modo a fazer caber outros saberes.

A constituição desse conteúdo mais amplo nos parece interessante por apresentar espaço para os giros do/no AR, movimento nos/dos corpos; (res)pingos de (res)piração, suor e saliva, por incitarem o canto, o riso, o gargalhAR, o ofegAR, o escapAR; levantando a poeira acumulada por séculos de Histórias contadas e (des)contadas, escondidas, apagadas, anuladas, invisibilizadas, amplificando as vozes dessas mulheres que nos provocam a acordAR para outras possibilidades de mundo, caminhando para um “futuro que é ancestral”¹⁶.

Audre Lorde vai nos dizer de um outro modo de olhar para a vida, nos afastando do

[...] modo europeu como apenas um problema a ser resolvido, confia[ndo] exclusivamente em nossas ideias para nos libertar, pois elas, segundo nos disseram os patriarcas brancos, são o que temos de valioso.

No entanto, quando entramos em contato com nossa ancestralidade, com a consciência não europeia de que a vida, como situação, deve ser experimentada e que devemos interagir com ela, aprendemos cada vez mais a apreciar

¹⁵ Que tem ondas, apresenta possibilidade para se enroscar em outros corpos. Que não tecem retas, mas que se arriscam a tráfegar por outros caminhos.

¹⁶ “Uma vez usei uma expressão na mídia que se espalhou por todo lado: **o futuro é ancestral**. Foi uma resposta que dei a uma pergunta sobre futuro. Foi uma prospecção, porque, na cultura do ocidente, o napa pensa que o futuro é um outro lugar. Não aqui, nem agora. O futuro é uma parábola sobre uma coisa que não existe. Ninguém pode vencer o amanhã, o amanhã não está à venda. Quando você cogita alguma coisa que não pode acontecer aqui e agora, só depois, você está fazendo um jogo, é um bingo: vamos ver se dá” (Krenak, 2022, s/p.)

nossos sentimentos e a respeitar essas fontes ocultas do nosso poder – é delas que surge o verdadeiro conhecimento e, com ele, as atitudes duradouras (Lorde, 2019, p. 46).

Quando olhamos para a nossa vida com a generosidade de um olhAR ancestral, embasado por uma consciência orgânica que vê o presente de modo extenso, torna-se valioso o resgate dos espaços para a fofoca¹⁷, a prosa entre comadres, o sussurro dos segredos, o sonhar juntas e as trocas nas discussões emergentes para as mulheres: as violências sofridas em casa, no trabalho, no estudo, na rua; sobre quem as violenta; a falta de AR por não receber uma escuta atenciosa; as falas que são distorcidas e retorcidas; as sobrecARGas (re)veladas e (des)veladas; o trabalho excessivo em casa; o cuidAR dos mais velhos, dos filhos, netos, enteados e até dos homens infantilizados; ?lazer?, o que é isso?, parece não ser um direito comum as mulheres terem um encontro/tempo consigo mesmas; entre outros muitos episódios que fazem parte do nosso cotidiano. Acontecimentos estes que, se não compartilhados, dialogados e resolvidos interna e externamente podem, com o tempo, ir causando adoecimentos ao nosso organismo.

Sobre os adoecimentos femininos é importante pontuarmos que eles possuem fontes biopsi-

cossociais, profundamente enraizadas nos papéis de gênero socialmente construídos durante o período colonial. Maria Lugones (2020) irá nos dizer que a estrutura de poder colonial estabeleceu um sistema de poder e hierarquização social, com especificidades diversas dependendo dos contextos e da interseccionalidade com as questões referentes à identificação étnico-racial e sexual, ao contexto religioso, ao lugar social ocupado e à idade cronológica. Lugones (2020) irá ainda apontar que a formação dessa base ideológica¹⁸ ocorreu durante o período colonial, mas que ela, ainda hoje, continua atuando através dos mecanismos de controle colonial-moderno firmados, primeiramente, em um contexto europeu, e depois impostos às colônias, através da intensificação das demandas emergentes por parte do capitalismo.

Autoras e pesquisadoras como Silvia Federici (2017) e Elisabeth Badinter (1985), entre muitas outras, irão colaborar no sentido de nos oferecer reflexões sobre o surgimento e o estabelecimento de um modelo colonial-capitalista na Idade Moderna Europeia e seu impacto sobre a contenção e a submissão dos corpos e das mentes das mulheres a um papel predefinido. Um modelo colonial-moderno de *ser-mulher*¹⁹, que perdura até os nossos dias através das práticas objetivas, e outras tantas

¹⁷ Silvia Federici, em sua obra *O calibã e a bruxa*, aponta para a origem da palavra **fofoca** em inglês: “nesse período [séculos XVI e XVII], a palavra gossip (fofoca), que significa “**amiga**”, passou a ganhar conotações depreciativas.” (Federici, 2017, p. 200). Em outro trecho exposto pela autora, a palavra amiga associada à palavra fofoca prejudica a relação entre as mulheres, tratando-as como degradante: “Foi também neste período que, como vimos, a palavra gossip [fofoca], que na Idade Média significava “amiga”, mudou de significado, adquirindo uma conotação depreciativa: mais um sinal do grau a que foram solapados o poder das mulheres e os laços comunitários.” (*Ibid.*, p. 335) (contribuição cedida pela pesquisadora Sofia Amorim, quando dialogamos sobre o significado que a palavra fofoca adquiriu na contemporaneidade). Para Bell Hooks, a fofoca é uma forma de “interação social na qual elas (as mulheres) encontram **conforto** para dizer o que realmente pensam e sentem”. E ainda completa que, muitas vezes, primeiro a mulher irá assumir uma fala que imagina que irá agradar seu interlocutor, para em seguida, expressar os seus pensamentos. “Essa divisão entre um ‘eu’ falso inventado para agradar os outros e um ‘eu’ mais autêntico não existe quando cultivamos uma autoestima positiva” (Hooks, 2020, p. 99)

¹⁸ Base ideológica ou modelo ideológico se refere a um conjunto estruturado de ideias e crenças que moldam a forma como um grupo ou os indivíduos compreendem a realidade.

¹⁹ Simone de Beauvoir, com sua abordagem feminista-materialista sobre a opressão a que está submetida a mulher irá derrubar a elaboração de um ideário sobre “ser mulher” como sendo “natural”. Nesse sentido a filósofa irá afirmar: “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1967, p. 9), referindo-se ao modo como esse indivíduo, em sua primeira condição, a biológica, como fêmea humana, é manipulada ideologicamente a uma conformação de seu corpo e de sua mente a uma sexualidade e a um gênero, através dos discursos culturais, religiosos, políticos e sociais dominantes. Para a pesquisadora Monique Wittig, as categorias, homem-mulher, irão ser explicadas a partir de discursos que dizem ser essa classificação “resultado de diferenças naturais” (Wittig, 2022, p. 32), tal como aponta Beauvoir. Mas, complementa, “Existe apenas o sexo que é oprimido e o sexo que oprime. É a opressão que cria o sexo e não ao contrário” (*Ibid.*, p. 33). Assim, através de um modelo cartesiano moderno europeu, a mulher torna-se a “outra” que não o homem, o “segundo sexo”, uma “cidadã de segunda categoria”. Colocada em

subjetivas, e se mantém orientando, cobrando, julgando, inferiorizando e criando competição entre as mulheres, para as manter em uma posição de subalternidade²⁰.

Consideramos importante ressaltar que essas práticas se mantêm dentro de uma base ideológica colonial que estrutura os papéis sociais, a naturalização da desigualdade e as opressões de gênero interligadas ao racismo e à classe social.

A antropóloga argentina Rita Segato (2021, p. 109) nos alerta que ao falarmos de um sujeito político dominante que criou as “regras de cidadania à sua imagem e semelhança ao longo da história colonial-moderna [temos que entender que estamos nos referindo a um] homem, branco, alfabetizado, proprietário e *pater famílias*”²¹. Segundo a pesquisadora, essas regras foram criadas para assegurar o controle sobre a mulher, sendo ela o seu “outro”.

Essas práticas objetivas e subjetivas são fundamentais para a manutenção de um modelo ideológico e se perpetuam através da propagação dos discursos em toda trama do tecido social produzindo, desse modo, pactos estruturais. Essa ideologia propagada de inferiorização da mulher e submissão ao homem, gera distorções nas perceptivas de saber e de pensar, também, nas mulheres. Elas se apropriam desses discursos diante da contínua exposição a eles e da falta de contestações que se contraponham a essas falas.

Esses pactos estruturais, por serem históricos e culturais, possibilitam a permanência de uma identidade coletiva do feminino, que sendo amplamente repetidas através das instituições jurídicas,

econômicas, escolares, familiares, religiosas, políticas e midiáticas, conserva as mulheres em uma condição de inferioridade perante os homens.

Discussões nos campos da comunicação social e da psicanálise/psicologia social apontam para a naturalização dos estereótipos de gênero, mantendo os preceitos de uma sociedade patriarcal, através das mídias; mas sempre de forma muito sutil.

Uma das violências mais sutis a que estão expostas as mulheres é a violência imposta pela mídia, uma violência naturalizada. A violência de ver seu corpo fragmentado como seios e nádegas para vender cerveja e carro; a violência de ver a dupla jornada de trabalho naturalizada pelas propagandas e novelas; a violência de ser desumanizada e vista apenas como um corpo a ser consumido; a violência de ver os crimes de violência doméstica e feminicídio atenuados pelo jornalismo; de ser excluída dos espaços de decisão e dos processos de criação na mídia; de ser futilizada dia após dia por meio da generalização (Chaves, 2015, p. 3).

A pesquisadora e produtora cultural Fabiana Nogueira Chaves ainda irá apontar que, na sociedade contemporânea,

A mídia é uma das maiores disseminadoras de preconceitos em nossa sociedade. As mulheres, foram transformadas em objeto de consumo ou em escravas domésticas, deixaram de ser pessoas. Basta assistir uma propaganda de cerveja ou de sabão em pó para perceber isso. Ao mesmo tempo a mídia tenta criar uma falsa aparência de igualdade entre os sexos. Assim, ratifica o machismo promovendo violências de gênero (Chaves, 2010, p. 218).

uma posição na qual pode ser constantemente discriminada e inferiorizada. Segundo o Wikipédia, uma cidadã de segunda classe, apesar de seu *status* como cidadã, com os direitos legais e os direitos civis assegurados, pode ter suas oportunidades sociais e econômicas restritas ou negligenciadas. Além disso, pode sofrer maus-tratos.

²⁰ Na teoria da filósofa indiana Gayatri Spivak (2010), subalternidade se refere a sujeitos historicamente silenciados e reprimidos, principalmente em contextos coloniais. Quanto às mulheres, Spivak irá dizer que elas sofrem uma dupla exclusão através da dominação de gênero e pelo sistema colonial.

²¹ Condição superior, quase absoluta, de domínio sobre a família e seu patrimônio, que pode ser estendido dependendo do cargo que ocupa. O poder que esse homem (normalmente, branco, cis, hétero, cristão) desempenha dentro do seu domínio compara-se à função de juiz, sacerdote e chefe. Sua palavra não deve ser contestada. No contexto do Brasil atual, entre os anos de 2018 e 2022, vemos a retomada desses discursos, por parte de homens (inclusive do governante/chefe da nação) que defendem a retomada do poder como uma bravata moral. Se autointitulam defensores da família e dos “bons costumes”, falam em nome de Deus e legitimam o uso da violência como forma de exercer seu pátrio poder.

Dentro do ambiente midiático, a exposição aos estereótipos de gênero acontece de forma tão naturalizada que se torna difícil o desenvolvimento de reflexões críticas. Isso nos faz perceber a importância de compreender que nenhum conteúdo veiculado pelas mídias é inocente, todos são atravessados por mecanismos de ideológicos.

A mudança nesse cenário só será possível se a educação atuar de modo a formar sujeitos críticos, que refletem e questionam a realidade que está dada. Paulo Freire (1996) irá dizer que essa mudança é possível, pois o mundo está constantemente em transformação, portanto, passível de ser alterado por aquele que pensa o mundo.

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito, igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar (Freire, 1996, p. 77).

Paulo Freire lutava por uma existência digna para todas/es/os e sua obra reflete sua luta por uma educação outra, capaz de revolucionar o mundo, questionando-o.

O modelo machista e patriarcal colonial estabeleceu suas bases através de um padrão a ser reproduzido, mas essa norma não permaneceria e se propagaria com tanta força se não contasse com bons veículos de disseminação e pessoas incapazes de confrontá-la.

Para além das mídias, essenciais à propagação e à manutenção dos padrões socialmente construídos, o modelo de educação que se exime de seu potencial crítico cumpre o papel de manter a lógica hegemônica colonial. Freire (1996) nos fará pensar o modo como o poder dominante se mantém através da responsabilização dos próprios dominados pelas violências sofridas.

Dentro dessa lógica hegemônica, a mulher educada pelo modelo patriarcal, ao ser desapropriada da própria Hhístória, continuará a aceitar o

modelo imposto. Freire irá nos provocar a pensar em uma educação para a mudança, contra-hegemônica, que questione o pensamento machista, problematizando-o.

Uma proposta contra-hegemônica que possibilite questionar as bases desse pensamento patriarcal de mundo e o modo como ele organiza a sociedade. Uma sociedade conformada a partir de um pensamento, que ao tornar-se a regra, fortalece os atos violentos que o sustentam.

Por esse motivo, podemos compreender que, desde as infâncias, nossos meninos aprendem que o homem tem que responder violência com violência, que o homem não pode chorar, que homem é aquele que manda, que o homem é forte, que o homem tem que ser o provedor da família sempre. Regras repetidas de modo explícito e, também, implícito, em nossas casas e escolas.

Poderíamos apontar que as pessoas adultas ao serem questionadas irão dizer que se identificam com esses discursos, pois sempre foi feito assim, foi assim que aprenderam e a consequência é a de que elas os reproduzem sem questionar. Porém, segundo René Kaës (2014), só a identificação com um discurso não seria suficiente para a continuidade e a propagação deste. Segundo o psicanalista, para o estabelecimento dessas alianças inconscientes, que restringem a capacidade de pensar de um grupo, é necessário o estabelecimento de contratos narcísicos que dão ao sujeito estabilidade e segurança de pertencimento a uma determinada coletividade. Uma pactuação que permite a manutenção, a propagação e a perpetuação de um discurso ideológico.

Um discurso ideológico que, também, pode expressar o prazer na destruição do *outro*, nesse caso, a mulher. Freud (1930), em *O mal-estar na civilização*, vai apontar para uma classe de pessoas que tem uma intensa e incomparável felicidade advinda da ânsia de poder e pelo desejo de destruir o outro. Temos acompanhado inúmeros exemplos diariamente, através das mídias, do ódio propagado por homens e o desejo de submeter e destruir as mulheres, um prazer que sentem em destruir o outro. E por ser uma manifestação de gozo, de um

prazer sexual intenso, quase sempre suas consequências são as mortes violentas de mulheres, os feminicídios.

Esses homens, primeiramente, manifestam o desejo pela humilhação, a desmoralização, a manipulação, o constrangimento, entre outras técnicas de dominação buscando controlar, subjugar e reduzir a autonomia das mulheres. Inclusive utilizando assédios morais e sexuais como instrumentos para essa submissão. Em alguns casos extremos, quando não conseguem a submissão de suas vítimas, esses homens podem prosseguir com violências físicas diversas, chegando ao feminicídio. Mas os indivíduos que têm prazer pela dominação nunca estão sozinhos, seus discursos encontram ressonância estabelecendo redes, que se estendem para as áreas políticas, jurídicas, midiáticas, universitárias e até no governo, para juntos estabelecerem um pacto de ajuda mútua.

A pesquisadora e psicóloga Cida Bento (2022) irá dizer sobre o *pacto narcísico da branquitude*, enquanto uma ferramenta de manutenção da estrutura colonial e irá distinguir o *pacto narcísico da masculinidade* enquanto um subproduto ou uma extensão do conceito original, através do qual os interesses e os privilégios das masculinidades são mantidos, garantindo desde a ocupação dos espaços de poder até a obtenção de recursos financeiros para seus semelhantes. O *pacto narcísico da masculinidade*, unido ao *pacto narcísico da branquitude*, mantém as estruturas patriarcais e as desigualdades sociais.

Desse modo compreendemos o porquê de as mulheres continuarem a ter dificuldade em articular suas redes de apoio, rodas de mulheres que possibilitem a articulação de mecanismos de defesa e, também, de investidas contra a continuidade das ações violentas.

As pessoas que integram esses pactos se organizam de forma a banalizar a violência, não gerando culpabilidade para o agressor, visto que se encontra subentendido que suas ações foram demandadas por um ato prazeroso, buscando condenar a própria vítima pela violência sofrida. Proferindo discursos tais como: ela pediu, deu motivo,

a roupa que usava era curta demais, estava sozinha, deu mole, entre muitos outros, que povoam o imaginário e as falas coletivas a respeito das vítimas de violências.

Podemos também identificar a existência de outro pacto masculino, não firmado a partir do ódio ao feminino, mas como um acordo que tem como prioridade a manutenção dos interesses e privilégios dos homens, uma vez que estes sentem dificuldade em lidar com suas imperfeições e carências. Infelizmente, esse outro tipo de trato pode causar, igualmente, danos à saúde emocional, psíquica e física das mulheres, quando se sentem tolhidas, desconfortáveis, diminuídas e até desprezadas no convívio com os homens.

Diante do exposto só podemos apontar para os malefícios produzidos pelo machismo, sendo que estes males podem ser profundamente agravados pelas questões éticas, de sexualidade, raciais e sociais. Afinal, essa ideologia machista é mantida através dos discursos que servem “tanto para mascarar a realidade como para traduzi-la” (Greiner, 2010, p. 17). Segundo Christine Greiner, os discursos são “imprescindíveis para lidar com um nível de realidade não necessariamente visível” (*Ibid.*), podendo produzir distorções perceptivas de saber e pensar sobre as/nas mulheres.

Assim sendo, entendemos que o enfrentamento a essa ideologia patriarcal e machista deve vir através de uma construção de uma consciência coletiva feminista, da elaboração de um sentimento de pertença feminina que as tornem responsáveis por seu potencial criador enquanto mulheres nas suas especificidades e distinções, ou seja, “na possibilidade da diferença não constituída como problema” (Segato, 2021, p. 161). Devemos apontar, nesse momento, que não buscamos com este trabalho polarizar o poder nas mãos do feminino, mas, ao contrário, estabelecer uma maior circulação desse poder. Desejando com a proposta de ampliação dos conteúdos históricos de modo a fazer caber as histórias, inclusive as cotidianas, de mulheres, podem trazer, à escola, o frescor da abertura para o encontro em práticas poéticas cotidianas de escuta e autocuidado, na formação de espaços generosos

de acolhida e proteção mútuas. Lugares nos quais seja possível a menina-mulher baixar a guarda e descansar segura. Enfim, conteúdos de Hhístória que se apropriem de um fazer e de um viver mais coletivo.

Referências

AKRÂNTIKATÊGÊ, Kátia. DIAS, Andreza Costa. O futuro é ancestral: como pisar suavemente na Terra. *Amazônia Latitude: a revista das humanidades ambientais*, 2022. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2022/07/30/o-futuro-e-ancestral-como-pisar-suavemente-na-terra/>. Acesso em: 16 set. 2022.

ARIAS, Patricia. Do xale ao lenço. A reinvenção do vestuário indígena. *Encartes*, v. 2. n. 4, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.29340/en.v2n4.110>. Acesso em: 4 out. 2025.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução: Sérgio Milliet. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BENEVENUTO LEMOS, Liliane. *Fiando o canto: sabedoria e imaginação simbólica na tessitura da tecelã*. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-graduação Cultura, Filosofia e Histórias da Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo (USP), 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48135/tde-20102020-172034/publico/8975792_LILIANE_BENEVENUTO_LEMOS.pdf. Acesso em: 4 out. 2025.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2 ed. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CHAVES, Fabiana Nogueira. A sociedade capitalista e o feminino: sua estrutura falocêntrica e a questão da aparência. In: MARCONDES FILHO, Ciro (org.). *Transporizações*. São Paulo: Eca-Usp, 2010, p. 216-226.

CHAVES, Fabiana Nogueira. A mídia, a naturalização do machismo e a necessidade da educação em direitos humanos para comunicadores. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. *Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte*. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/norte2015/resumos/R44-0606-1.pdf>. Acesso em: 14 maio 2025.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREUD, Sigmund. *O Futuro de uma Ilusão, o Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos*. (1930) Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GREINER, Christine. *O corpo em crise: novas pistas e o curto-circuito das representações*. São Paulo: Annablume, 2010.

HOOKS, Bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Ed. Elefante, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro, IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=mulheres>. Acesso em: 15/07/2025.

KAËS, René. *As alianças inconscientes*. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

KRENAK, Ailton. Pensar o futuro é urgente, defendem Davi Kopenawa e Ailton Krenak. *Universidade Federal de Minas Gerais*, 2022. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/davi-kopenawa-e-ailton-krenak-defendem-urgencia-de-pensar-o-futuro-agora-em-conferencia-no-auditorio-da-reitoria>. Acesso em: 16 set. 2022.

LE GUIN, Ursula. *A ficção como cesta: uma teoria*. Título original: The Carrier Bag Theory of Fiction (1986). In: LE GUIN, Ursula. *Dancing at the Edge of the World: Thoughts on Words, Women, Places* (1989). Ed. Grove Press. Tradução: Priscilla Mello.

Revisão: Ellen Araujo e Marcio Goldman. Disponível em: https://www.academia.edu/44858388/A_Fic%C3%A7%C3%A3o_como_Cesta_Uma_Teoria_The_Carrier_Bag_Theory_of_Fiction_Ursula_K_Le_Guin. Acesso em: 15 mar. 2021.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução: Stephanie Borges. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia da demanda*. Tradução: Danielli Jatobá, Danú Gontijo. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em: 5 jun. 2023

Aceito em: 8 jul. 2025